

O horizonte vermelho

07/12/2005

MARIA DO ROSÁRIO

No último Processo de Eleições Diretas (PED), a militância petista respondeu à crise com uma participação que superou todas as expectativas, inclusive as mais otimistas. Cerca de 320 mil filiados e filiadas votaram no primeiro turno e, no segundo turno, mais de 240 mil compareceram às urnas.

O resultado demonstra que a militância, ainda perplexa e atordoada com os acontecimentos desde os “idos de junho”, permanece disposta a defender o PT enquanto projeto e instrumento de transformação social. No entanto, essa mesma militância manifestou seu desejo de mudança nos rumos do partido. É possível afirmar que perto da metade dos petistas optaram, no segundo turno, por uma nova direção. E mesmo dentre aqueles que optaram pela candidatura do Campo Majoritário, a defesa da mudança esteve e está presente. O próprio discurso do então candidato Berzoini já incorporava, embora de maneira limitada, a necessidade de se estabelecerem outros paradigmas nas relações internas e nas relações do partido com o Governo Lula.

O PED contribui para criarmos as condições de superação da crise e retomarmos a nossa capacidade ofensiva. Não é possível abstrair que a direita e a elite, representada especialmente pelo PSDB e PFL, aproveitaram-se dos erros imperdoáveis de alguns para iniciar uma campanha de ataques ao PT e à esquerda sem precedentes na história recente da política brasileira. Estabelecermos uma agenda política que nos dê condições para retomarmos a ofensividade é essencial.

Tal agenda passa pela capacidade do partido incidir, de fato, nas políticas do governo. Neste sentido, é vital construir um programa para a reeleição de Lula que sinalize mudanças necessárias na condução do governo, incorporando demandas tradicionais da esquerda e dos movimentos. Isto é necessário não apenas para a disputa eleitoral em si, que será difícil, mas também para resgate do projeto histórico do partido. Superar o atual modelo econômico, de altas taxas de juro e superávit primário, que emperram o desenvolvimento do país e acelerar ações de emancipação social são elementos que devem estar presentes nesse debate.

É preciso, ainda, recolocar no enfrentamento político a existência de projetos em disputa na sociedade. A superficialidade sobre a qual “os diferentes” têm debatido acaba velando a existência daqueles que defendem o Estado mínimo, a redução de direitos, os interesses do grande capital – os “Bornhausens” e os “FHCs” da vida. Em contraponto, estão aqueles que querem uma outra sociedade, que caminha em direção à construção do socialismo nos seus mais generosos legados. É absolutamente certo que a disputa aberta entre projetos nos fortalece e nos legitima.

O Encontro Nacional do PT, em abril do ano que vem, assim como os encontros estaduais preparatórios, devem aprofundar a reflexão sobre os rumos do partido e apontar a superação da crise. Nossas energias devem estar fortemente envolvidas neste processo. Os desafios das novas direções são enormes, porém, perfeitamente superáveis se estabelecermos um pacto político de respeito à pluralidade interna, de responsabilidade coletiva das ações e de resgate dos princípios fundantes do PT, como a defesa do socialismo e dos trabalhadores.

Os exemplos das tantas lutas vividas pelo PT trazem o recado que é possível voltar a encantar. E é somente com a volta do encantamento, aliado ao engajamento militante, que poderemos, novamente, vislumbrar o “horizonte vermelho”.

Maria do Rosário é segunda vice-presidente do PT, deputada federal pelo PT-RS e disputou o PED pela chapa Movimento.